Análise Conjuntural
IPARDES
ISSN 0102-0374
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.38, n.3-4, março/abril 2016

sumário

1 A DERROCADA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA
Francisco José Gouveia de Castro

4 AVICULTURA, SUINOCULTURA E O PREÇO DO MILHO
Guilherme Amorim

8 ENDIVIDAMENTO CORPORATIVO ACENTUA RECESSÃO
Guilherme Amorim

10 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim

13 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SILVIO MAGALHÃES BARROS II - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR
Diretor-Presidente

ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO
Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA
Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO
Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM *(Editor)*

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

MARINA MARUYAMA MORI *(Economista)*

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI *(supervisão editorial)*

CLAUDIA ORTIZ *(revisão de texto)*

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA *(editoração eletrônica)*

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

A DERROCADA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA

*Francisco José Gouveia de Castro**

A conjuntura econômica e política é a prova cabal de que o dogmatismo não ortodoxo tem demonstrado autocontradição sem precedentes na história econômica brasileira. As políticas adotadas pelo governo geral foram cruciais para a derrocada da estabilidade econômica e a possibilidade de um desenvolvimento nacional sustentável. O receituário equivocado teve como principais medidas a expansão do crédito, aumento do volume de moeda em circulação, piso do salário mínimo a ser determinado e imposto pelo governo, bem como pela pressão de sindicatos, controle de preços das mercadorias e serviços, alteração no regime de câmbio flutuante para fortemente administrado, bem como outras medidas intervencionistas.

Como consequência da política fiscal expansionista e da combinação de juros baixos e câmbio depreciado, com o objetivo de promover a demanda, os salários cresceram muito mais que a produtividade, contribuindo para a inflação e aumento dos custos em dólares.

Não menos desastroso, outros instrumentos populistas utilizados foram as tentativas de construção de políticas industriais que, na verdade, são benesses ficais e monetárias, traduzidas por subsídios concedidos pelos bancos públicos, redução do preço da energia elétrica, preferência local nas compras governamentais, política de conteúdo nacional, eleição de campeões nacionais, que além de fornecer subsídios eleva o poder de mercado dos produtos locais, e aumento das barreiras às importações, que retardaram os esforços de modernização do parque fabril nacional via livre concorrência.

Cabe destacar ainda a adoção de artifícios para atingir a meta de superávit primário, reduzindo a transparência da política fiscal, além da significante redução do superávit primário. As medidas adotas por esta gestão contribuíram para a destruição de boa parte da estrutura de leis e regras que embasam a gestão responsável e a credibilidade estatística no setor público. Estrutura que começou a ser construída há vinte anos atrás, com grandes dificuldades e que teve na Lei de Responsabilidade Fiscal a maior disciplinadora para ações irresponsáveis.

De fato, os dados fiscais divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB) demonstraram a derrocada de uma ideologia política e econômica equivocada, lastreada no excesso de dispêndios, comprovada pela explosão da dívida pública, que registrou o déficit primário (excluindo os juros) do governo central, de R$ 25 bilhões, representando o maior valor para o mês de fevereiro desde o início da série histórica, em fevereiro de 1997. A dívida líquida equivale a 40,7% do PIB em março de 2016. Já a dívida bruta que chegou a 67,3% do PIB (gráfico 1).

Segundo o BCB, caso o superávit de 0,5% do PIB, estimado pelo governo geral, fosse realizado e caso a previsão do mercado, de um déficit primário de 1,5%, se materializasse, na melhor das hipóteses, a dívida bruta atingiria 71,6%; na pior, chegaria a 73,2%.

GRÁFICO 1 - DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL - DEZ 2006 - MAR 2016

FONTE: Banco Central do Brasil

* Economista, diretor do Centro Estadual de Estatísticas do IPARDES.

Concomitantemente ao crescimento da dívida bruta como proporção do PIB se transformar em um grave risco de solvência, há o agravamento do endividamento das empresas e da contração de crédito, uma combinação que resulta na queda da arrecadação e da atividade econômica. Segundo informações do BCB, a inadimplência da carteira de crédito das pessoas jurídicas tem registrado crescimento desde dezembro de 2013, numa série finda em março de 2016, quando chegou ao nível de 2,87% (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS PESSOAS JURÍDICAS - BRASIL - MAR 2011 - MAR 2016

FONTE: Banco Central do Brasil

Tal situação se deve à permanência das taxas de juros no patamar de 14,25%, definido pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), e que só poderia ser amenizada a partir da equalização fiscal.

Cabe lembrar que a taxa de juros é ferramenta importante no combate à inflação. No regime de metas de inflação, os juros atuam de várias formas, entre elas, o encarecimento do crédito que aumenta o endividamento das empresas e das famílias, reduzindo o consumo e o investimento, além da redução dos efeitos das expectativas de inflação.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 9,39% no acumulado em doze meses em março de 2016, ante 8,13% de março de 2015, com os preços livres aumentando 8,95% (*versus* 6,59 em março de 2015), e os administrados, 10,8% (13,37% em março de 2015).

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulou uma variação de 11,07% em doze meses, frente a 3,46%, no mesmo período de 2015.

Esses resultados justificam a opção de implementação da política monetária no esforço de manter a taxa básica de juros, diante de um ambiente estável no cenário externo, porém com um horizonte de incertezas no cenário interno, uma vez que taxas de inflação elevadas geram distorções que levam ao aumento dos riscos e diminuição dos investimentos. De fato, o planejamento das famílias, empresas e governos, no que tange às expectativas e confiança, depende do comportamento deste preço macroeconômico.

Cabe ressaltar, segundo as informações do BCB, que a taxa média de juros das novas operações de crédito contratadas no período de referência no Sistema Financeiro Nacional, que inclui operações contratadas no segmento de crédito livre e direcionado, tem demonstrado um crescimento significativo desde o início da série em março de 2011 (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PESSOAS JURÍDICAS - MAR 2011 - MAR 2016

FONTE: Banco Central do Brasil

O protecionismo e intervencionismo exacerbado têm prejudicado sobremaneira o desenvolvimento econômico do país. A redução da competitividade e o desestímulo à inovação impactaram negativamente a produtividade das empresas brasileiras. É de conhecimento que a maior integração econômica contribuirá definitivamente para a elevação da produtividade, bem como para a inserção do país em cadeias globais de produção.

Não por acaso o Brasil ocupou a 116ª posição na pesquisa *Doing Business*, do Banco Mundial, na edição 2016, que procura mensurar a qualidade e eficiência de 189 países no que se trata de ambiente de negócios.

Em paralelo a uma política externa liberalizante, é premente que a arrumação das contas públicas deverá ser implantada com uma série de reformas para estabilizar o crescimento do gasto público como proporção do produto da economia. Essas reformas são necessárias para que o gasto público cesse de crescer a uma taxa maior do que a expansão da economia. As estimativas apontam para o déficit primário na casa de 1,6% do PIB para 2016 e de 0,9% em 2017. Do lado da receita, o governo se depara com o *trade off* entre abrir mão do crescimento e uma nova rodada de elevação da carga tributária. No entanto, o atual regime tributário não é sustentável, consequentemente, gerando uma imprevisibilidade preocupante quanto ao andamento da economia.

AVICULTURA, SUINOCULTURA E O PREÇO DO MILHO

*Guilherme Amorim**

A produção paranaense de carnes de frango e de suínos demonstra notável resistência ante a elevação de custos de produção, inviabilidade de aumentos de preços no mercado interno e consequente queda na lucratividade. As exportações compensam, grosso modo, a compressão das margens dos produtores. Contudo, ante a volatilidade cambial e a frustração na colheita brasileira de milho, principal insumo das cadeias, o equilíbrio operacional dos abatedouros tem dependido de competente administração de estoques e de contratos de câmbio, bem como de ajustes produtivos para atender às condições dos demandantes.

A produção brasileira de carne de frango alcançou 13,1 milhões de toneladas em 2015, de acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do IBGE. Considerando-se o peso total das carcaças, os abates do Paraná representaram 30,5% desse volume. Sob o mesmo critério, a produção paranaense de carne suína equivaleu a 19,7% dos abates nacionais, que amontaram 3,4 milhões de toneladas. O Estado é o principal produtor de carne de frango e o terceiro maior de carne suína, atrás de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os mais recentes dados da pesquisa dizem respeito ao último trimestre do ano passado.

O Brasil é o segundo maior produtor e o principal exportador mundial de carne de frango, de acordo com informações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). É o quarto maior produtor e vendedor de carne suína. A relevância do mercado externo para ambas as culturas pode ser percebida na proporção assumida pelas vendas externas em relação à produção. Segundo projeções da USDA, o mercado externo absorverá 30,2% da produção avícola brasileira em 2016, aproximadamente. No ano passado, essa relação foi de 29,2%. A entidade prevê que a demanda externa por carne suína brasileira alcance 18,6% do total abatido, razão pouco superior à do ano passado (17,8%).

A análise dos dados paranaenses mostra que no primeiro trimestre deste ano, em comparação ao mesmo período de 2015, o valor da exportação de carne de frango *in natura* apresentou decréscimo de 3,6% (tabela 1). A quantidade exportada, entretanto, foi 36,6 milhões de toneladas maior – variação de 11,9%. Os embarques de carne suína, por sua vez, alcançaram montante 48,4% superior, para um volume 96,2% maior.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MARÇO - 2015-2016

continua

PRODUTO	JANEIRO-MARÇO 2015		JANEIRO-MARÇO 2016		VAR. (%)
	Export. (US$)	Part. (%)	Export. (US$)	Part. (%)	
Soja em grão	393 130 110	13,1	810 516 587	24,1	106,2
Carne de frango *in natura*	466 438 034	15,5	449 797 016	13,4	-3,6
Cereais	145 870 180	4,9	220 811 045	6,6	51,4
Farelo de soja	245 722 702	8,2	213 343 058	6,3	-13,2
Papel	136 851 116	4,6	141 631 126	4,2	3,5
Automóveis	37 144 868	1,2	99 013 630	2,9	166,6
Óleo de soja bruto	111 028 055	3,7	87 076 473	2,6	-21,6
Açúcar bruto	130 389 218	4,3	82 992 466	2,5	-36,4
Madeira compensada ou contraplacada	90 699 848	3,0	78 767 889	2,3	-13,2
Café solúvel	68 020 820	2,3	73 565 054	2,2	8,2
Demais madeiras e manufaturas de madeira	68 736 316	2,3	52 018 013	1,5	-24,3
Autopeças	59 870 670	2,0	44 250 665	1,3	-26,1
Tratores	32 692 777	1,1	38 920 386	1,2	19,0

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MARÇO - 2015-2016

conclusão

PRODUTO	JANEIRO-MARÇO 2015		JANEIRO-MARÇO 2016		VAR. (%)
	Export. (US$)	Part. (%)	Export. (US$)	Part. (%)	
Couro	62 027 387	2,1	37 148 215	1,1	-40,1
Madeira serrada	27 809 937	0,9	35 998 345	1,1	29,4
Veículos de carga	13 860 842	0,5	33 771 346	1,0	143,6
Carnes salgadas	38 008 632	1,3	33 450 705	1,0	-12,0
Carne suína *in natura*	22 350 347	0,7	33 167 680	1,0	48,4
Demais produtos químicos	40 544 263	1,3	30 635 940	0,9	-24,4
Torneiras e válvulas	15 360 047	0,5	29 440 884	0,9	91,7
Adubos e fertilizantes	56 912 048	1,9	26 932 258	0,8	-52,7
Partes de motores para veículos	19 404 892	0,6	26 520 410	0,8	36,7
Café cru em grão	20 769 691	0,7	26 016 659	0,8	25,3
Carne bovina *in natura*	7 096 534	0,2	25 908 031	0,8	265,1
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	39 760 429	1,3	25 685 919	0,8	-35,4
Demais produtos	653 274 064	21,7	607 100 801	18,0	-7,1
TOTAL	3 003 773 827	100,0	3 364 480 601	100,0	12,0

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Na exportação de carne de frango *in natura*, ressalte-se a participação de países com grande população muçulmana, para os quais é exportada – via de regra – carne abatida de acordo com preceitos específicos (*helal*). Ademais, é relevante o crescimento dos embarques para a China, realizados diretamente para o continente ou através de registro alfandegário em Hong Kong (tabela 2).

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO *IN NATURA*, SEGUNDO PAÍSES DE DESTINO - PARANÁ - BIÊNIOS 2012-2013 E 2014-2015

PAÍS DE DESTINO	2012-2013		2014-2015		VAR. (%)
	Valor (US$ FOB)	Part. (%)	Valor (US$ FOB)	Part. (%)	
Arábia Saudita	1 039 120 541	27,33	985 062 040	23,45	-5,20
China	324 938 488	8,55	436 423 919	10,39	34,31
Japão	337 927 732	8,89	435 413 224	10,37	28,85
Emirados Árabes Unidos	323 690 151	8,51	410 706 680	9,78	26,88
Hong Kong	288 378 771	7,58	324 729 676	7,73	12,61
Kuwait	142 149 042	3,74	148 808 226	3,54	4,68
Rússia	20 362 984	0,54	132 633 918	3,16	551,35
Egito	149 626 063	3,94	119 824 595	2,85	-19,92
Catar	69 199 354	1,82	96 193 771	2,29	39,01
Omã	60 867 444	1,60	94 669 711	2,25	55,53
África do Sul	91 321 109	2,40	85 072 621	2,03	-6,84
Coreia do Sul	49 736 687	1,31	72 734 396	1,73	46,24
Líbia	72 354 295	1,90	62 961 054	1,50	-12,98
Iraque	74 090 952	1,95	57 374 038	1,37	-22,56
México	7 938	0,00	55 867 239	1,33	(1)
Demais países	758 299 697	19,94	681 767 339	16,23	-10,09
TOTAL	3 802 071 248	100,00	4 200 242 447	100,00	10,47

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Variação superior a 1.000%.

No exame dos principais destinos da carne suína do Estado, é notável a inserção no mercado russo e em repúblicas outrora soviéticas (Azerbaijão, Moldávia e Geórgia). Tal expansão reflete o embargo comercial da União Europeia à Rússia, provocado pela anexação da Crimeia, território ucraniano. Dessa forma, o serviço fitossanitário russo (Rosselhoznadzor) credenciou abatedouros brasileiros a exportarem para o país, como forma de garantir o abastecimento. Esse efeito pôde ser percebido também na exportação de carne de frango.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES DE CARNE SUÍNA *IN NATURA*, SEGUNDO PAÍSES DE DESTINO - PARANÁ - BIÊNIOS 2012-2013 E 2014-2015

PAÍS DE DESTINO	2012-2013		2014-2015		VAR. (%)
	Valor (US$ FOB)	Part. (%)	Valor (US$ FOB)	Part. (%)	
Hong Kong	95 665 476	47,06	78 544 705	32,45	-17,90
Uruguai	37 470 385	18,43	59 715 046	24,67	59,37
Rússia	83 178	0,04	42 002 320	17,35	(1)
Cingapura	22 125 023	10,88	20 435 004	8,44	-7,64
Argentina	10 220 634	5,03	14 667 425	6,06	43,51
Angola	6 280 792	3,09	6 502 044	2,69	3,52
Azerbaijão	333 449	0,16	5 811 628	2,40	(1)
Dinamarca	82 000	0,04	1 933 976	0,80	(1)
Moldávia	2 255 356	1,11	1 856 950	0,77	-17,66
Geórgia	3 516 758	1,73	1 445 667	0,60	-58,89
Paraguai	1 890	0,00	1 371 187	0,57	(1)
Albânia	1 567 770	0,77	1 325 545	0,55	-15,45
Gabão	50 138	0,02	777 906	0,32	(1)
Emirados Árabes Unidos	520 656	0,26	741 946	0,31	42,50
Países Baixos (Holanda)	-	-	647 595	0,27	-
Demais países	23 100 893	11,36	4 285 021	1,77	-81,45
TOTAL	203 274 398	100,00	242 063 965	100,00	19,08

FONTE: MDIC-SECEX
NOTA: Elaboração do IPARDES.
(1) Variação superior a 1.000%.

Entre outubro do ano passado e março de 2016, a cotação média mensal do milho no mercado internacional caiu de US$ 171,39 para US$ 159,14 por tonelada, de acordo com o Banco Mundial. Essa cotação parece satisfatória se comparada à de julho de 2012, quando a tonelada alcançou US$ 332,95. Entretanto, as flutuações de câmbio, o baixo nível dos estoques – domésticos e internacionais – e a elevação nos demais custos de produção geraram incongruente elevação nos preços domésticos. Levantamento do Departamento de Economia Rural (DERAL), órgão da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, aponta elevação de 57% na cotação do milho comercializado no Paraná, entre março de 2015 e o mesmo mês do ano corrente.

Principal custo associado à avicultura e à suinocultura, os gastos com ração ganharam participação na estrutura produtiva no último ano. De acordo com a Central de Informações de Aves e Suínos, gerenciada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), esse dispêndio correspondeu a aproximadamente 77,2% do custo de produção da avicultura paranaense em março de 2016. No mesmo mês de 2015, essa proporção era de 67,2% a 74,9%, de acordo com o sistema de produção (convencional ou com climatização, positiva ou negativa). Na suinocultura, a alimentação dos animais passou a responder, no ano corrente, por 75,8% dos custos. Essa relação era, em 2015, de aproximadamente 73,3%. A relevância dos números se dá pelo alto grau de competitividade, interna e – principalmente – externa, bem como pelas estreitas margens de lucratividade desses setores. Nesse sentido, para equilibrar a competição dos produtores do Estado com os do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o governo do Paraná equiparou a alíquota de ICMS incidente sobre a comercialização de suínos àquela praticada por tais unidades da federação (6%). A medida foi particularmente benéfica para os criadores independentes, que correspondem a um quinto dos 30 mil suinocultores, aproximadamente, que atuam em escala comercial no Paraná.

Informações do DERAL, referentes a fevereiro, mostram que a estrutura de custos do cultivo de milho – na segunda safra – está concentrada na aquisição de sementes (18,7%), agrotóxicos (9,5%) e fertilizantes (8,5%); na remuneração da terra (15,5%) e no pagamento por operação de máquinas e implementos (9,4%). Entre fevereiro de 2015 e de 2016, o preço pago pelos produtores por sementes variou de 8,0% a 30,3%, de acordo com a tecnologia utilizada. Também houve sensível elevação de preços de fertilizantes químicos: cloreto de potássio, super fosfato simples e ureia apresentaram elevações de 18,3%, 31,9% e 17,1%,

respectivamente. Correlatamente, nenhuma mistura completa para adubação apresentou crescimento de preço inferior a 15,5%. Entre os agrotóxicos, apenas em um dos 26 fungicidas cuja comercialização é acompanhada pelo DERAL percebeu-se redução de preços, equivalente a -9,5%. Os demais tiveram aumento entre 3,8% e 52,5%. Herbicidas e inseticidas registraram, outrossim, acréscimos generalizados em seus valores de comercialização. O custo com arrendamento de terras, medido por hectare, cresceu 17,4%, enquanto houve discreta redução no aluguel de colheitadeiras para milho (-6,1%).

A cotação do grão continuará a preocupar avicultores e suinocultores este ano, uma vez que o volume produzido na safra de verão foi 5,8% menor do que aquela da safra passada, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE. A segunda safra nacional, ainda de acordo com a LSPA, apresentou crescimento da área plantada (2,2%) em relação àquela de 2015, mas a produção manter-se-á ao redor de 56 milhões de toneladas. A queda de produtividade foi provocada pela escassez de chuvas e por elevadas temperaturas no mês de abril, efeitos do El Niño, no período em que o milho florescia. A safra de inverno, no ano passado, representou 65,6% do grão colhido no país.

A expectativa em relação à quantidade produzida na segunda safra é positiva em relação à colheita paranaense, com crescimento de 12%. O Estado é o segundo maior produtor do Brasil. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, primeiro e terceiro produtores, respectivamente, apresentarão variações negativas (-5,6% e -12,9%) em relação à safra de 2015. Dada a restrição de oferta, o Comitê Executivo de Gestão (GECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), eliminou a cobrança de imposto, de 8%, sobre a importação de milho oriundo de fora do Mercosul.

Algum alívio nesse setor tende a advir de boas safras internacionais, particularmente nos Estados Unidos (maior produtor) e Ucrânia. Ainda assim, a expectativa do Banco Mundial é de que a demanda global por milho cresça 2% no ano corrente, o que pressionará os estoques. Estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o segundo e o terceiro trimestres de 2016 prevê estabilidade de cotação, à medida em que as safras do Hemisfério Norte cheguem ao mercado.

ENDIVIDAMENTO CORPORATIVO ACENTUA RECESSÃO

*Guilherme Amorim**

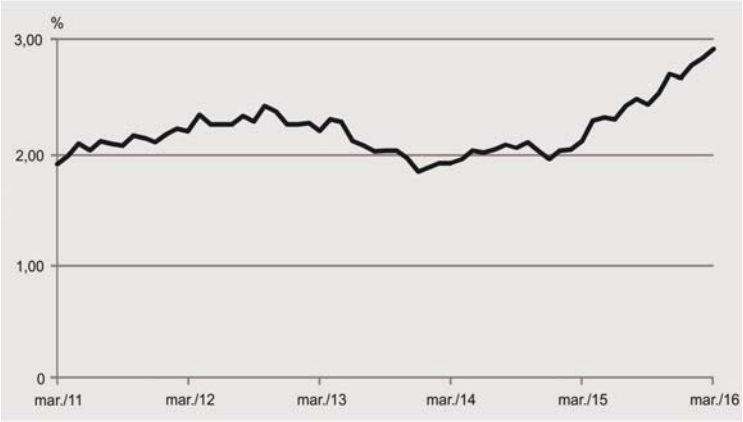
A taxa de investimento nominal da economia brasileira, mensurada pelas Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE, através da razão entre formação bruta de capital fixo e produto interno bruto (PIB), cai desde o quarto trimestre de 2014. O dado mais recente, referente ao último trimestre do ano passado, revela que essa relação chegou ao ponto mais baixo em nove anos, equivalente a 16,77%. A depender da capacidade de endividamento das empresas e da disponibilidade interna de crédito bancário, essa taxa permanecerá em patamar muito aquém do necessário para reverter o presente quadro recessivo.

O rebaixamento da nota de risco da dívida soberana brasileira, efetuado por todas as agências de classificação, tornou a rolagem da dívida externa das grandes corporações nacionais mais custosa. Simultaneamente, a necessidade de elevação de provisões contra inadimplência por parte dos bancos privados nacionais tornou o crédito mais escasso, especialmente para pequenas e médias empresas. A inviabilidade de elevação de dispêndios do Tesouro com equalização de juros, por sua vez, gerou retração na política dos bancos públicos, responsáveis por 56,5% das concessões do país.

A desvalorização do real em 2015 foi determinante para a degradação do cenário, segundo pesquisa do Centro de Estudos do Instituto Ibmec. Ela aponta para elevação de 49,3% no saldo dos empréstimos internacionais corporativos, na contramão do saldo interno, que apresentou expansão 6,4% – o que representa queda em termos reais. Ainda que essa exposição seja natural para grandes exportadores, é concebível que a flutuação cambial tenha posto empresas imprevidentes no rumo da insolvência. Os bônus emitidos no exterior por companhias brasileiras amontam US$ 224 bilhões, aproximadamente. Estima-se que mais de 10% dessa dívida esteja em processo de renegociação.

Em março, a inadimplência da carteira de crédito a pessoas jurídicas registrou nível sem precedente na série histórica do Banco Central (BC). Consideradas as operações com recursos livres e direcionados, com ao menos uma parcela em atraso após 90 dias, a proporção de contratos inadimplentes chegou a 2,87% do total (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA DE CRÉDITO - PESSOAS JURÍDICAS - BRASIL - MAR 2011 - MAR 2016



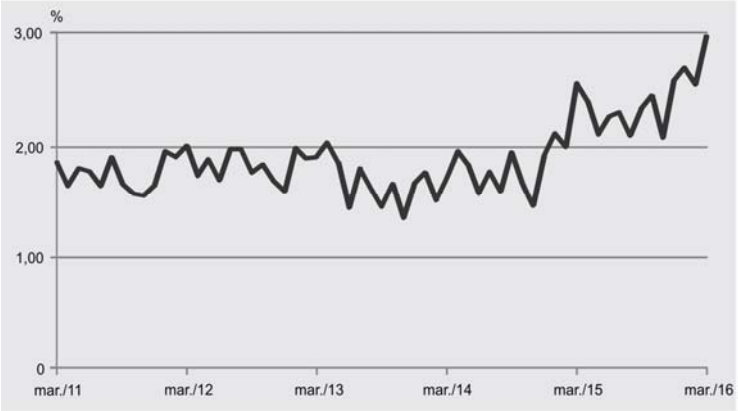
FONTE: Banco Central do Brasil

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

A considerar-se os contratos em atraso, entre 15 e 90 dias, que também tomaram proporções inéditas (gráfico 2), tem-se mais acurada dimensão do problema. Esse índice passou a 2,96% em março. Atrasos e inadimplência atingiram, portanto, 5,83% dos empréstimos empresariais contratados domesticamente.

A expansão do endividamento corporativo não se avolumou sobremaneira porque as instituições credoras têm, desde o ano passado, renegociado os termos de empréstimos com pagamentos em atraso. Nessas revisões contratuais, os bancos têm sacrificado margens de rentabilidade, a fim de conferir maior confiabilidade aos fluxos futuros. Virtualmente todos os casos preveem alongamento de prazos. A primazia dessas repactuações é, compreensivelmente, das grandes empresas. Pequenas e médias, mais propensas à inadimplência, têm enfrentado condições de renegociação menos flexíveis, na maioria dos casos – seja pelas obscuras perspectivas dos mercados em que atuam, seja pela incapacidade de oferecerem garantias adicionais.

GRÁFICO 2 - ATRASO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ENTRE 15 E 90 DIAS - PESSOAS JURÍDICAS - BRASIL - MAR 2011 - MAR 2016



FONTE: Banco Central do Brasil

As renegociações mais delicadas com grandes clientes, tratadas pelas instituições como reestruturações do crédito, dizem respeito a contratos que apresentam inadimplência. A prioridade, nesses casos, é salvar o principal emprestado. Aproximadamente 1,9% de todo o saldo concedido já passou pelo processo, montante superior a R$ 60 bilhões.

As projeções de elevação da inadimplência e o fósmeo horizonte de recuperação do nível de atividade exigem que as provisões se tornem mais robustas. Segundo informações do BC, o patamar de provisões das instituições financeiras que operam no país alcançou, em março, a maior relação registrada desde setembro de 2010 (5,9%). Dessa forma, o volume de recursos passível de ser alocado em concessões tem sido coartado. Por outro lado, a deterioração das expectativas, combinada à elevação das taxas, fez com que a demanda por financiamentos tenha sido menor do que a esperada. De acordo com Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito, do BC, a demanda observada de grandes empresas, em todos os períodos de 2015, ficou aquém do esperado.

Dado o desarrazoado gerenciamento da dívida pública nos últimos anos e a imperatividade de reformas que enquadrem gastos à capacidade arrecadatória, é mais do que recomendável que os canais de crédito não sejam dominados por instrumentos públicos. Parte da presente deformidade macroeconômica que aflige o Brasil, afinal, resultou da misologia com que foram conduzidas as políticas subsidiadas de crédito.

PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS*

*Guilherme Amorim***

AGROINDÚSTRIA

GTFoods expandirá abatedouros de Terra Boa e Maringá

A GTFoods planeja que seus abatedouros de Terra Boa (Região Centro-Ocidental) e Maringá (Região Norte Central Paranaense) processem 220 mil aves diariamente, a partir deste ano. Para tanto, a primeira unidade receberá investimentos de R$ 108 milhões. Presentemente, ela possui capacidade de abater 80 mil aves por dia. No complexo de Maringá, onde o atual número de abates diários alcança 180 mil frangos, serão alocados R$ 30 milhões.

No abatedouro da empresa em Paraíso do Norte (Região Noroeste), os abates crescerão de 140 para 160 mil aves por dia. Essa elevação advirá de ajuste produtivo, em que os frangos serão processados com 1,5 quilo, contra os 3 quilos com que são convencionalmente abatidos. Aves mais leves são demandadas por mercados do Oriente Médio. A companhia estima que as exportações passem a responder por 47% do faturamento em 2016, significativa evolução em relação à proporção de 30% registrada no ano passado.

A expectativa da GTFoods é de que, no ano corrente, o faturamento anual suba 35% em relação ao de 2015 e alcance R$ 2,3 bilhões.

MENDES, Luiz Henrique. GTFoods produz frangos mais leves em uma de suas fábricas. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 mar. 2016. Empresas, p.B16.

Coamo investirá R$ 154 milhões em Paranaguá

Sediada em Campo Mourão, na Região Centro-Ocidental Paranaense, a Coamo Agroindustrial Cooperativa planeja investir cerca de R$ 1 bilhão no quadriênio 2016-2019. A maior parte desses recursos será destinada à construção de complexo de esmagamento de soja no município de Dourados (MS). Estima-se que o empreendimento demandará R$ 535 milhões.

A entidade programa a alocação de R$ 154 milhões na estrutura que possui no porto de Paranaguá. Esse investimento prevê a expansão da capacidade de armazenamento de 170 mil toneladas para algo acima de 230 mil toneladas. A cooperativa reúne 28 mil produtores no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Dispõe de 112 postos de recebimento de grãos nesses estados. O plano quadrienal projeta alocação de recursos na melhoria de 25 deles. Três novos postos serão construídos, ao custo unitário de R$ 40 milhões, em Engenheiro Beltrão (também na Região Centro-Ocidental Paranaense) e nos municípios sul-matogrossenses de Sidrolândia e Itaporã. A maior parte dos projetos será financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com prazos entre dez e quinze anos para quitação.

CAETANO, Mariana. Coamo aprova plano que prevê aporte de R$ 1 bilhão em 4 anos. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 mar. 2016. Empresas, p. B11.

Globosuínos vende unidade em Toledo

A Globosuínos vendeu à BRF, por R$ 20,2 milhões, uma unidade produtora de leitões em Toledo (Região Oeste Paranaense). Para além das instalações, o negócio prevê a transferência de aproximadamente 7.500 matrizes. A BRF já possui um abatedouro de suínos no município.

A transação depende de autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

BRF adquire ativos da Globosuínos por R$ 20,2 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 abr. 2016. Empresas, p.B12.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/03/2016 e 30/04/2016.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

COMÉRCIO

Livrarias Curitiba expandirá sua rede

A Livrarias Curitiba contará com duas novas lojas em 2016, fruto de investimento estimado em R$ 6 milhões. As unidades serão implantadas em Foz do Iguaçu (Região Oeste Paranaense) e Criciúma (SC). A companhia também alocou R$ 400 mil para incrementar sua estrutura de comércio eletrônico.

A rede conta, atualmente, com 24 unidades. No ano passado, atingiu faturamento de R$ 304,6 milhões. Estima-se que esse valor cresça 4% em 2016.

RAMOS, Durval. Livrarias Curitiba dribla queda de vendas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 abr. 2016. p.21.

INDÚSTRIA

Aeroflex inaugura nova planta em Curitiba

Fabricante de produtos aerossóis, a Aeroflex alocou R$ 20 milhões na implantação de nova planta na Cidade Industrial de Curitiba. As novas instalações substituirão três unidades que se tornaram pequenas, ante a incorporação de novas linhas e a expansão do volume produzido. O crescimento da capacidade instalada permitirá o envase diário de 1 milhão de tubos. A companhia planeja, nos próximos dois anos, elevar esse patamar para 5 milhões de unidades.

A Aeroflex projeta a incorporação, até o fim deste ano, de 60 novos produtos ao seu portfólio, preponderantemente voltado aos setores automotivo e da construção civil. A empresa registrou faturamento de R$ 65 milhões no ano passado e espera que esse montante cresça 30% em 2016.

CHERUBINI, Fábio. Aeroflex investe R$ 20 mi em nova fábrica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 mar. 2016. p.19.

Sooro duplicará produção de soro de leite

Sediada em Marechal Cândido Rondon (Região Oeste Paranaense), a Sooro planeja duplicar sua produção de soro de leite a partir do segundo semestre deste ano. Presentemente, a unidade processa 750 toneladas por mês. A companhia alocou aproximadamente R$ 35 milhões na aquisição de equipamentos nos últimos dois anos. Os investimentos também permitirão à empresa elevar a concentração de proteína de seu suplemento alimentar, atualmente em 35%. Essa taxa poderá chegar a 80%.

A Sooro alcançou faturamento de R$ 90 milhões em 2015, e a expectativa é de que esta cifra cresça 33,3% no ano corrente.

FREY, João Guilherme. Paranaense investe no Whey Protein. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 abr. 2016. p.30.

SERVIÇOS

Aeroporto receberá investimento de R$ 60 milhões

A concessão para operação do estacionamento do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), gerará investimento de R$ 60 milhões por parte da concessionária, a rede Pare Bem. O contrato tem prazo de 25 anos, e a companhia pagará R$ 15 milhões a título de outorga.

O plano de expansão do estacionamento prevê a construção de um edifício-garagem que contará com 2.400 vagas. Presentemente, o terminal dispõe de 2 mil vagas. A rede de estacionamentos Pare Bem foi adquirida, em 2015, pela Pátria Investimentos.

SCARAMUZZO, Mônica. Pátria vai gerir garagem de aeroporto em Curitiba. **O Estado de S. Paulo**, 17 mar. 2016. Economia, p.B15.

Renovada concessão de administração do porto de Paranaguá

A concessão para administração do porto de Paranaguá, que seria encerrada em 2023, foi renovada até 2048 pelas partes, a Secretaria Especial de Portos (SEP) e a empresa Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). O novo acordo pressupõe investimentos de R$ 1,1 bilhão até seu vencimento. Prevê-se que o terminal de contêineres do complexo ganhe 487 mil metros quadrados. Assim, a capacidade de armazenamento do porto crescerá em cerca de 1 milhão de TEUs (*twenty-foot equivalent units*, padrão de volume de contêineres), aproximadamente 66,6% em relação à atual.

Um novo cais público, de 220 metros de comprimento, será construído. Atualmente, a TCP executa plano de investimentos – estimado em R$ 183 milhões – para aprimoramento das instalações durante o triênio 2014-2016. A renovação provocou incremento no volume de recursos desse plano, que receberá R$ 360 milhões.

MARTINS, Victor; RODRIGUES, Eduardo. TCP renova concessão de porto por R$ 1,1 bi. **O Estado de S. Paulo**, 14 abr. 2016. Economia, p.B15.

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1983-2016

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015(1)	27 365	163 551	5 977	30 607	835 884	27 310	43 569	79 520	1 825
2016(1)	26 258	142 549	5 429	30 067	813 762	27 065	47 339	67 064	1 417

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015(1)	672 590	51 315 949	76 296	49 763	133 199	2 705	405 665	711 823	1 755
2016(1)	667 723	50 894 208	76 221	42 900	168 965	3 939	393 253	670 839	1 706

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1983-2016

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015(1)	76 586	180 378	2 355	143 034	3 958 983	27 679	2 465 012	16 223 473	6 581
2016(1)	73 715	149 728	2 031	131 572	3 707 027	28 175	2 630 763	15 808 380	6 009

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	2 022 000	4 315 000	2 134	...	...	...	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	...	...	...	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	...	...	...	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	...	...	...	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	...	...	...	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	...	...	...	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	...	...	...	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015(1)	5 246 532	17 262 381	3 290	4 445	265 674	59 769	1 336 739	3 318 802	2 483
2016(1)	5 445 370	17 100 496	3 140	4 340	248 805	57 328	1 155 605	3 476 333	3 008

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2015

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014(1)	3 651 564	336 996	611 183
Janeiro	311 431	24 523	47 513
Fevereiro	288 778	24 479	44 661
Março	291 177	24 778	47 834
Abril	294 354	27 509	51 181
Maio	310 240	30 235	54 339
Junho	279 793	28 933	51 017
Julho	321 628	30 429	56 571
Agosto	298 737	29 042	52 441
Setembro	308 489	30 971	52 154
Outubro	328 427	30 375	53 541
Novembro	305 165	26 359	50 117
Dezembro	313 345	29 331	49 813
2015(1)	4 002 033	300 303	676 220
Janeiro	318 585	22 882	51 620
Fevereiro	279 430	19 611	44 754
Março	349 135	22 862	58 679
Abril	329 529	24 684	58 578
Maio	339 909	24 316	58 895
Junho	337 715	26 276	59 058
Julho	356 162	24 589	63 163
Agosto	337 640	24 076	57 824
Setembro	333 332	26 465	56 881
Outubro	348 448	28 759	56 841
Novembro	341 057	24 474	54 304
Dezembro	331 091	31 309	55 621

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2016

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US$ mil FOB	Part. (%)	US$ mil FOB	Part. (%)	US$ mil FOB	Part. (%)	US$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 201	12,70	6 121 495	43,18	270 994	1,91	14 175 844
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
2015(1)	7 649 587	51,31	1 655 686	11,11	5 428 565	36,41	175 242	1,18	14 909 081
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902
Fevereiro	362 693	42,54	82 833	9,72	396 223	46,47	10 866	1,27	852 614
Março	679 033	54,44	81 296	6,52	471 656	37,82	15 273	1,22	1 247 258
Abril	836 330	60,46	91 827	6,64	437 100	31,60	17 972	1,30	1 383 229
Maio	677 287	54,06	132 889	10,61	427 685	34,13	15 087	1,20	1 252 947
Junho	945 529	55,49	178 702	10,49	556 352	32,65	23 404	1,37	1 703 988
Julho	895 131	58,22	151 773	9,87	467 683	30,42	22 850	1,49	1 537 437
Agosto	783 815	55,37	170 353	12,03	448 751	31,70	12 795	0,90	1 415 715
Setembro	639 782	49,45	169 927	13,13	468 463	36,21	15 681	1,21	1 293 853
Outubro	539 378	45,84	137 840	11,71	488 869	41,55	10 585	0,90	1 176 672
Novembro	444 235	44,09	122 511	12,16	430 755	42,75	10 085	1,00	1 007 586
Dezembro	499 408	44,04	160 363	14,14	464 807	40,99	9 301	0,82	1 133 880
2016(1)	1 853 982	55,10	254 709	7,57	1 233 806	36,67	21 983	0,65	3 364 481
Janeiro	443 637	50,92	95 671	10,98	324 227	37,21	7 724	0,89	871 258
Fevereiro	506 985	50,55	54 316	5,42	435 809	43,45	5 805	0,58	1 002 915
Março	903 360	60,62	104 723	7,03	473 770	31,79	8 454	0,57	1 490 307

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2016

ANO	PARANÁ (US$ MIL FOB)			BRASIL (US$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014	16 332 120	17 295 813	- 963 693	225 100 885	229 154 463	- 4 053 578
2015(1)	14 909 081	12 448 504	2 460 577	191 134 325	171 449 051	19 685 274
Janeiro	903 902	1 056 033	- 152 131	13 704 045	16 873 839	- 3 169 795
Fevereiro	852 614	1 033 043	- 180 428	12 092 231	14 932 173	- 2 839 942
Março	1 247 258	1 126 997	120 260	16 978 969	16 518 673	460 295
Abril	1 383 229	1 043 216	340 013	15 156 275	14 666 063	490 211
Maio	1 252 947	1 077 261	175 686	16 769 183	14 010 831	2 758 351
Junho	1 703 988	1 236 981	467 007	19 628 438	15 099 376	4 529 062
Julho	1 537 437	1 172 766	364 672	18 533 066	16 146 430	2 386 635
Agosto	1 415 715	1 020 095	395 619	15 485 353	12 794 393	2 690 960
Setembro	1 293 853	1 090 034	203 819	16 148 183	13 202 278	2 945 905
Outubro	1 176 672	979 633	197 039	16 048 987	14 053 112	1 995 874
Novembro	1 007 586	876 578	131 008	13 806 365	12 608 646	1 197 719
Dezembro	1 133 880	735 868	398 011	16 783 231	10 543 234	6 239 998
2016(1)	3 364 481	2 435 674	928 806	40 573 159	32 185 574	8 387 585
Janeiro	871 258	737 747	133 511	11 238 018	10 322 285	915 733
Fevereiro	1 002 915	767 490	235 425	13 340 922	10 304 051	3 036 871
Março	1 490 307	930 437	559 870	15 994 219	11 559 237	4 434 982

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICES DE PREÇO, DE QUANTUM E DE TERMOS DE TROCA - PARANÁ - 1998-2016

PERÍODO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		TERMOS DE TROCA
	Índice de Preço	Índice de Quantum	Índice de Preço	Índice de Quantum	
1998	79,8	109,3	88,7	104,7	90,0
1999	79,6	117,1	91,6	75,4	86,9
2000	94,4	118,6	94,1	101,9	100,3
2001	92,8	130,7	89,7	88,8	103,4
2002	90,8	118,2	95,2	53,8	95,4
2003	99,7	126,1	105,4	75,2	94,6
2004	106,5	123,6	101,0	86,6	105,4
2005	95,3	112,1	105,3	80,9	90,5
2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007	106,5	116,0	100,4	113,8	106,1
2008	119,9	103,1	125,3	97,6	95,7
2009	84,2	87,6	79,2	63,2	106,4
2010	102,7	123,2	97,4	112,8	105,4
2011	111,2	110,5	108,5	93,9	102,5
2012	93,5	109,1	93,5	83,7	100,0
2013	93,9	109,8	92,6	81,6	101,5
2014	89,6	100,1	91,3	74,2	98,2
2015	78,8	116,1	84,6	64,4	93,1

FONTE: IPARDES

NOTAS: Base fixa: 2006=100

Elaborado com dados brutos da SECEX-MDIC.

Utilizou-se índices de Fisher.

TABELA 6 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2016

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	127,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	120,3
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	120,7
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	106,4
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	108,4
Móveis	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,00	107,3	103,3	97,1
Eletrodomésticos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,00	109,2	120,4	118,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	...	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	140,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	...	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	83,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	...	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	70,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	...	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	141,0
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	119,7

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)															
	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Maio/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15	2016	Jan./16	Fev./16
Combustíveis e lubrificantes	123,1	130,7	109,1	128,9	124,6	129,2	124,4	130,0	130,2	122,6	123,0	111,2	113,8	110,3	111,5	109,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	118,7	132,8	116,0	119,2	116,5	113,2	110,3	112,1	113,4	111,9	121,0	111,5	146,3	117,3	121,1	113,5
Hipermercados e supermercados	119,3	134,2	116,7	119,6	117,1	113,4	110,7	112,4	113,6	112,2	121,4	112,3	148,2	118,8	122,8	114,7
Tecidos, vestuário e calçados	95,9	92,6	74,5	88,7	92,3	113,7	94,2	93,5	90,9	81,7	88,0	86,7	154,2	69,6	73,7	65,4
Móveis e eletrodomésticos	95,8	122,2	87,4	98,5	86,0	94,8	82,8	89,6	85,2	85,4	93,1	101,3	122,8	86,0	91,4	80,5
Móveis	79,9	103,6	78,6	83,2	73,2	77,8	68,6	73,7	70,0	70,2	76,6	84,0	99,5	79,8	84,5	75,0
Eletrodomésticos	109,0	137,8	95,1	111,3	96,9	109,0	94,6	102,8	97,8	98,0	106,9	115,7	142,0	91,6	97,6	85,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	147,6	141,0	136,2	151,4	138,8	141,7	140,6	146,6	146,8	150,7	153,6	152,6	171,6	133,3	141,1	125,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	73,1	122,2	90,7	79,2	74,6	74,8	60,7	66,1	61,7	60,7	43,5	39,3	103,5	81,3	83,4	79,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	69,7	70,0	69,3	80,1	72,0	74,6	70,3	70,0	68,1	62,8	65,2	66,3	67,5	56,2	57,1	55,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	137,6	145,6	117,7	134,8	130,7	148,1	127,7	126,6	125,3	113,7	137,0	136,2	208,2	103,7	111,1	96,3
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	115,9	127,6	107,9	116,9	112,7	116,0	109,0	111,7	111,6	108,3	115,9	110,1	143,3	106,8	110,8	102,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2016

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0)(1)	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)													
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Jan./15
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	97,3	88,3	81,5
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	96,2	94,3	73,7
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,5	103,4	123,6
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	120,9	119,7	118,5
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	100,5	110,0	105,2
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	100,7	95,5	74,9
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	101,5	97,7	109,0
Produtos de borracha e de material plástico	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	109,6	106,5	97,6	98,8
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	110,5	89,8	90,4
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	96,2	87,3	85,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	106,3	92,8	106,1
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,1	89,8	97,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	82,4	55,5	54,1
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	94,0	76,2	89,0

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0)(1)	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)													
	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Maio/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15	2016	Jan./16	Fev./16
Indústria de transformação	81,0	91,3	91,2	92,9	93,8	92,8	93,3	93,7	91,8	83,2	73,5	72,2	70,6	73,7
Produtos alimentícios	72,9	89,9	98,0	103,3	109,0	99,8	113,6	102,2	100,6	88,1	80,9	74,3	71,0	77,5
Bebidas	105,1	116,4	94,6	88,3	86,8	89,8	93,1	107,7	116,1	121,7	97,8	88,9	89,3	88,5
Produtos de madeira	110,1	125,2	121,9	127,9	127,5	120,1	133,0	122,2	118,6	112,0	99,5	112,5	115,2	109,7
Celulose, papel e produtos de papel	92,6	109,7	103,5	105,1	110,9	110,5	119,0	106,8	116,3	118,9	121,8	100,8	101,0	100,6
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	82,5	96,3	96,2	103,8	103,7	96,7	93,3	110,8	102,5	90,3	95,2	80,9	85,0	76,7
Outros produtos químicos	88,5	85,7	92,2	106,8	105,2	116,1	103,4	118,4	105,6	72,9	69,0	86,8	86,2	87,4
Produtos de borracha e de material plástico	93,0	104,4	95,8	105,2	102,8	97,1	98,5	98,9	103,6	96,8	76,5	88,0	85,8	90,1
Minerais não metálicos	84,1	102,0	91,7	98,7	90,1	84,8	96,9	90,3	93,1	83,9	71,3	75,3	73,9	76,7
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	84,3	94,5	90,2	92,5	85,2	87,6	87,6	86,8	94,0	94,5	64,8	69,9	66,3	73,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	110,4	116,3	94,6	97,6	80,3	86,1	93,4	87,5	95,6	85,1	61,1	74,4	75,1	73,6
Máquinas e equipamentos	101,6	107,5	101,4	93,2	77,5	92,7	90,7	96,3	89,0	80,3	50,0	53,1	51,1	55,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	60,0	58,4	63,2	53,8	64,2	70,6	54,6	53,2	51,3	48,2	34,1	41,9	34,9	48,8
Móveis	76,3	91,5	84,4	78,4	69,6	69,9	69,7	70,3	72,4	76,4	66,5	71,2	69,9	72,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 8 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 2012-2015

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL(1)	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	2 019	5,6
Abril-junho 2012	1 970	5,3
Julho-setembro 2012	2 034	4,6
Outubro-dezembro 2012	1 992	4,3
Janeiro-março 2013	2 050	4,9
Abril-junho 2013	2 044	4,5
Julho-setembro 2013	2 090	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 084	3,7
Janeiro-março 2014	2 118	4,1
Abril-junho 2014	2 091	4,1
Julho-setembro 2014	2 104	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 163	3,7
Janeiro-março 2015	2 157	5,3
Abril-junho 2015	2 107	6,2
Julho-setembro 2015	2 099	6,1
Outubro-dezembro 2015	2 026	5,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R$ de agosto de 2015.

TABELA 9 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ(1) - 1995-2016

ANO	SETORES (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	TOTAL
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	- 47 096	- 16 133	- 12 526	- 2 860	3 067	-	- 75 548
Jan. - Mar. 2016	147	- 1 761	- 7 598	3 698	722	-	- 4 792

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 10 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2010-2015

ANO	PARANÁ(1)		BRASIL(1)	
	Valor (R$ milhão)(2)	Variação Real (%)	Valor (R$ milhão)(2)	Variação Real (%)
2010	225 211	...	3 885 847	...
2011	256 974	4,5	4 373 658	3,9
2012	285 206	- 0,1	4 805 913	1,9
2013	332 837	5,6	5 316 455	3,0
2014(3)	358 544	0,8	5 687 308	0,1
2015(3)	376 095	- 2,8	5 904 331	- 3,8

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais e do Sistema de Contas Nacionais (referência 2010).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

PARANÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
www.ipardes.gov.br - ipardes@ipardes.gov.br